

O SERVIÇO PSICOPEDAGÓGICO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA

*EL SERVICIO PSICOPEDAGÓGICO EN LA RED DE EDUCACIÓN PÚBLICA  
MUNICIPAL DE SANTA CATARINA*

*THE PSYCHOPEDAGOGICAL SERVICE IN THE MUNICIPAL PUBLIC EDUCATION  
NETWORK OF SANTA CATARINA*



Caroline Elizabel BLASZKO<sup>1</sup>  
e-mail: carolineblaszko2023@gmail.com



Nájela Tavares UJIIE<sup>2</sup>  
e-mail: najelaujiie@yahoo.com.br



Patrícia Teixeira TAVANO<sup>3</sup>  
e-mail: patricia.tavano@ufms.br

Como referenciar este artigo:

BLASZKO, C. E.; UJIIE, N. T.; TAVANO, P. T. O serviço psicopedagógico na Rede Pública Municipal de Educação de Santa Catarina. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023102, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.18102>



| Submetido em: 22/05/2023  
| Revisões requeridas em: 16/07/2023  
| Aprovado em: 10/08/2023  
| Publicado em: 03/11/2023

**Editor:** Prof. Dr. José Luís Bizelli  
**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

<sup>1</sup> Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal (MS/CPAN), Corumbá – MS – Brasil. Departamento de Pedagogia. Doutora em Educação.

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Paraná, Campus de Paranavaí (UNESPAR/PVAI), Paranavaí – PR – Brasil. Colegiado de Pedagogia. Doutora em Ensino de Ciências e Tecnologia.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal (MS/CPAN), Corumbá – MS – Brasil. Departamento de Pedagogia. Doutora em Educação.

**RESUMO:** O artigo é um recorte de uma pesquisa anterior no cenário brasileiro, sendo destacados os dados sobre o serviço psicopedagógico ofertado na rede pública municipal de educação de Santa Catarina (SC). Objetiva-se apresentar um panorama do serviço psicopedagógico, os vínculos empregatícios e a formação dos psicopedagogos atuantes no cargo. A metodologia envolve pesquisa qualitativa de abordagem descritiva. Para a coleta de dados foi encaminhado um questionário para 295 municípios de SC. Constatou-se que 54 municípios possuem psicopedagogos atuando na área da educação, totalizando 67 psicopedagogos no cargo; destes, 60 profissionais possuem graduação em Pedagogia e 27 psicopedagogos cursaram especialização em Psicopedagogia, atendendo os requisitos da Associação Brasileira de Psicopedagogia. O estudo revelou que 19 profissionais são concursados no cargo de psicopedagogo, dado que demonstra a necessidade de novos concursos para atender as demandas locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicopedagogia. Aprendizagem. Educação. Rede Municipal. Formação profissional.

**RESUMEN:** El artículo es un extracto de una investigación anterior en el escenario brasileño, destacando los datos sobre el servicio psicopedagógico ofrecido en la red de educación pública municipal de Santa Catarina (SC). El objetivo es presentar un panorama del servicio psicopedagógico, las relaciones laborales y la formación de los psicopedagogos que actúan en el puesto. La metodología involucra una investigación cualitativa con un enfoque descriptivo. Para la recolección de datos, se envió un cuestionario a 295 municipios de SC. Se constató que 54 municipios cuentan con psicopedagogos actuando en el campo de la educación, totalizando 67 psicopedagogos actuando en el cargo, de estos 60 profesionales son licenciados en Pedagogía y 27 psicopedagogos cursaron especialización en Psicopedagogía, atendiendo a los requisitos de la Asociación Brasileña de Psicopedagogía. Reveló que 19 profesionales son seleccionados para el cargo de psicopedagogo, pues demuestra la necesidad de nuevas competencias para atender las demandas locales.

**PALABRAS CLAVE:** Psicopedagogía. Aprendizaje. Educación. Red Municipal. Formación profesional.

**ABSTRACT:** The article is an excerpt from previous research in the Brazilian scenario, highlighting the data on the psychopedagogical service offered in the municipal public education network of Santa Catarina (SC). The objective is to present an overview of the psychopedagogical service, the employment relationships and training of psychopedagogues working in the position. The methodology involves qualitative research with a descriptive approach. For data collection, a questionnaire was sent to 295 municipalities in SC. It was found that 54 municipalities have psychopedagogues working in the field of education, totaling 67 psychopedagogues working in the position, of these 60 professionals have a degree in Pedagogy and 27 psychopedagogues have taken specialization in Psychopedagogy, meeting the requirements of the Associação Brasileira de Psicopedagogia. It revealed that 19 professionals are selected for the position of psychopedagogue, as it demonstrates the need for new competitions to meet local demands.

**KEYWORDS:** Psychopedagogy. Learning. Education. Municipal Network. Professional qualification.

## Introdução

A Psicopedagogia tem se consolidado como uma das áreas de conhecimento em processo de construção e despertado interesse nos profissionais e pesquisadores ligados à educação. Os dados apresentados neste artigo fazem parte de uma pesquisa mais ampla, que versou sobre a atuação do psicopedagogo na área da educação na rede municipal dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Acre, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul (BLASZKO, 2020). Objetiva-se apresentar, neste trabalho, um recorte dos dados, abrangendo o panorama dos serviços psicopedagógicos nos municípios do estado de Santa Catarina que possuem psicopedagogos atuantes, vínculo empregatício e formação.

O artigo é estruturado em quatro momentos, sendo, no primeiro, apresentado aspectos teóricos abrangendo a Psicopedagogia; em seguida é explanada a metodologia, no terceiro momento são apresentados os resultados da pesquisa e reflexões sobre os dados e, por último, trazemos as considerações finais, seguidas das referências.

## Psicopedagogia: algumas reflexões

Conforme Silva e Hübner (2016), é necessário desfazer o equívoco de que a Psicopedagogia é resultado da fusão da Pedagogia com a Psicologia, pois ela vai além dos conhecimentos específicos dessas áreas, fato que se esclarece quando Visca (2010, p. 13) afirma:

A Psicopedagogia nasceu como um fazer empírico pela necessidade de atender as crianças com dificuldades de aprendizagem, cujas causas eram estudadas pela Medicina e pela Psicologia. Com o transcurso do tempo, o que, inicialmente, foi uma ação subsidiária dessas disciplinas, foi se perfilando como um conhecimento independente e complementar, possuidor de um objeto de estudo (o processo diagnóstico, corretores e preventivos próprios).

Considerando que a Psicopedagogia possui como objeto de estudo a aprendizagem, esta é definida pelas Diretrizes da Formação do Psicopedagogo no Brasil como: “uma área de conhecimento, atuação e pesquisa, que lida com o processo de aprendizagem humana, visando o apoio aos indivíduos e aos grupos envolvidos neste processo, na perspectiva da diversidade e da inclusão” (ABPp, 2013b, p. 1).

Segundo Portilho (2003, p. 125), a Psicopedagogia é uma “ciência que estuda o sujeito na sua singularidade, a partir do seu contexto social e de todas as redes relacionais a que ele

consegue pertencer”. Nesse sentido, a Psicopedagogia busca obter uma visão global do aprendiz e constitui-se em uma área de estudos direcionada para o processo do aprender humano.

Assim, o psicopedagogo precisa desenvolver um olhar para o aprendiz, objetivando identificar as capacidades de cada sujeito e as possibilidades existentes de aprendizagem em qualquer situação, a fim de planejar e criar condições para que o aprender ocorra e seja ressignificado.

Sobre o conceito de Psicopedagogia, Blaszkó e Portilho (2021, p. 2119) explicam que é o resultado da evolução de estudos, pesquisas, encontros e “discussões que ocorreram ao longo da trajetória histórica visto que, inicialmente, a Psicopedagogia focava o olhar nas dificuldades de aprendizagem e no fracasso escolar e, atualmente, tem como objeto o estudo do processo de aprendizagem humana”.

Para Almeida e Silva (2018, p. 59), a Psicopedagogia é uma área que tem por objeto “o ser cognoscente e por objetivo fundamental facilitar a construção da individualização e da autonomia do eu cognoscente identificando e clarificando os obstáculos que impedem que esta construção se faça”. Ainda, de acordo com a autora, o ser cognoscente não é considerado um ser pronto e acabado, mas que está em constante processo de construção e contínuo vir a ser.

Desta forma, para as autoras supracitadas, o ser cognoscente é considerado uma unidade de complexidade, formado pelas dimensões relacional, racional e desiderativa, que possuem especificidades próprias, as quais se completam e são regidas pelo princípio do desejo e o princípio da realidade e se articulam na dialética da autonomia e determinação.

Na dimensão relacional interpessoal, o processo de construção de conhecimentos ocorre pelas relações que o ser cognoscente estabelece com os outros sujeitos. Na dimensão racional, o processo de construção do conhecimento acontece pela estruturação e ação do sujeito sobre o objeto. Na dimensão desiderativa, o processo de construção do conhecimento é determinado por um saber inconsciente, instituído por moções do desejo (ALMEIDA; SILVA, 2018).

Desse modo, as três dimensões do ser cognoscente supracitadas se articulam de modo dinâmico, abrangendo “[...] autonomia e determinação, unidade e diversidade – em uma ação que organiza e modifica o meio. Essa ação do sujeito possibilita a construção do conhecimento e [...] do próprio sujeito cognoscente” (ALMEIDA; SILVA, 1998, p. 41). A formação em Psicopedagogia habilita o profissional a lidar com os processos de aprendizagem e suas intercorrências, atuando com o ser cognoscente, os grupos, as comunidades, as instituições, buscando contribuir para a aprendizagem de todos os seres humanos.

O profissional com formação em Psicopedagogia é denominado *psicopedagogo* ou especialista *da Psicopedagogia*, que, conforme Bock *et al.* (2001, p. 11), é um “profissional que tem habilidades e conhecimento para, a partir de uma atividade aparentemente simples, poder fazer uma leitura abrangente a respeito da relação da criança com o saber e com o processo de aprendizagem”. Desse modo, o psicopedagogo precisa desenvolver a “escuta” e o “olhar” para as habilidades, potencialidades, demandas e dificuldades de cada aprendiz, intervindo de acordo com cada caso, com cada contexto.

Com relação à Psicopedagogia como área de atuação, Rubinstein, Castanho e Noffs (2004) explicam que esta é uma práxis psicopedagógica sustentada por referenciais teóricos em que a formação profissional ocorre em cursos de especialização oferecidos em instituições de ensino superior, além de ser uma área reconhecida pelas produções científicas materializadas em publicações organizadas pela Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) e outros órgãos.

Segundo o Código de Ética do Psicopedagogo (ABPp, 2019, p. 1), a Psicopedagogia é um campo de conhecimento e ação interdisciplinar e “ocupa-se do processo de aprendizagem considerando os sujeitos e sistemas, a família, a escola, a sociedade e o contexto social, histórico e cultural”. Dessa forma, a ação interdisciplinar ocorre a partir de uma relação dialógica entre sistemas, instituições e profissionais de diversos âmbitos, os quais possuem conhecimentos distintos, utilizando-se de procedimentos e instrumentos próprios de cada área em prol de um objetivo em comum.

Para tanto, o psicopedagogo precisa desenvolver um trabalho interdisciplinar e multiprofissional, estabelecendo aproximações com outros profissionais que atendem o educando, buscando dialogar, discutir e refletir sobre as potencialidades e dificuldades, construindo estratégias e ações que potencializem a aprendizagem e o desenvolvimento do ser humano.

Para atuar como psicopedagogo e desempenhar as diversas atribuições do cargo, o profissional necessita de formação específica, que se dá em curso de graduação e/ou em curso de pós-graduação em Psicopedagogia (ABPp, 2019). Porém, em diversos estados brasileiros ainda não é oferecida a graduação na área pelas instituições de nível superior, e os profissionais que desejam atuar no campo da Psicopedagogia precisam cursar a especialização em Psicopedagogia. No entanto, é oportuno pontuar que os futuros profissionais da área da Psicopedagogia busquem formações e cursos de aprimoramento profissional em instituições

devidamente reconhecidas e que tenham respaldo acadêmico competente, primando pela formação qualificada dos profissionais psicopedagogos.

Nesse sentido, “a formação deve garantir a especialização em aprendizagem humana e a integração dos diferentes contextos nos quais ela acontece” (PORTILHO *et al.*, 2018, p. 16). Desse modo, o psicopedagogo tem o compromisso de desenvolver ações voltadas para a aprendizagem no campo coletivo, sistêmico e organizacional da instituição e da aprendizagem do sujeito.

A avaliação criteriosa possibilita verificar o nível de desenvolvimento real discente e suas potencialidades. A partir daí, cumpre ao professor organizar seu plano de trabalho para que seus alunos não se restrinjam à memorização de conceitos, mas superem suas defasagens e desenvolvam as funções psicológicas superiores (VYGOTSKY, 2002). Além da graduação e da especialização, o psicopedagogo precisa tomar consciência do próprio processo de aprendizagem e da necessidade do aperfeiçoamento contínuo, objetivando desenvolver práticas integradoras e transformadoras para intervir com qualidade no processo de aprender do outro, tanto no plano individual quanto no coletivo.

Compreende-se a Psicopedagogia como campo de integração da aprendizagem em sentido amplo; de acordo com Ujiie (2016), o aprendente em atendimento psicopedagógico pode ser singular e particularizado e também coletivo, sistêmico e organizacional.

Assim, a formação continuada é importante para o desempenho profissional do psicopedagogo, sendo necessária a participação em encontros, eventos, cursos, grupos de estudos, para construir novos saberes, firmar as referências teóricas, refletir sobre a ação, questionar, levantar hipóteses, pesquisar e construir a sua identidade e a sua profissionalidade.

## **Metodologia**

A metodologia utilizada nesta pesquisa é qualitativa, de abordagem descritiva. A pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21). Cabe dizer que a metodologia qualitativa norteia esta pesquisa visto que busca responder as questões particulares no campo da Psicopedagogia, com foco no serviço psicopedagógico, na atuação e formação dos psicopedagogos atuantes nas redes públicas municipais de educação no estado de Santa Catarina.

Faz parte da metodologia qualitativa a abordagem que tem como propósito descrever “as características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis” (GIL, 2010, p. 27). Para o autor, as pesquisas descritivas buscam estudar características de um determinado grupo, como por exemplo: distribuição, nível de atendimento, grau de escolaridade, entre outros aspectos pertinentes ao estudo.

Triviños (1987, p. 110) completa a ideia ao destacar que o foco da pesquisa de natureza descritiva consiste no desejo de conhecer uma determinada comunidade, seus traços característicos, seus representantes e “pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Nesse viés, o autor ressalta a importância dos dados coletados, os quais devem ser descritos e analisados.

Os participantes da pesquisa são psicopedagogos atuantes na área da educação nos municípios do estado de Santa Catarina. Estabeleceu-se como critério de inclusão na pesquisa os psicopedagogos atuantes no cargo específico na área de educação das redes públicas municipais, atuando em equipe multidisciplinar, nas instituições escolares, nas secretarias de educação, na prevenção, na orientação, na avaliação, no encaminhamento e no acompanhamento psicopedagógico na área educacional. Como critério de exclusão, definiu-se que os profissionais com especialização em Psicopedagogia, porém com atuação em outra função diferente da psicopedagógica, não iriam ser considerados nesta pesquisa.

Em seguida, foram acessados os *sites* das prefeituras municipais com objetivo de coletar informações das Secretarias Municipais de Educação e, posteriormente, foi encaminhado via *e-mail* o questionário aos municípios do estado de Santa Catarina, com uma nota explicando o objetivo da pesquisa. Os dados advindos com o retorno do questionário foram analisados e descritos a seguir.

O instrumento adotado para a coleta de dados foi o questionário, que, segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 86), é “um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas”. O questionário encaminhado se inicia com questões relacionadas aos dados de identificação de cada município. Logo em seguida, esse instrumento apresenta uma série ordenada de seis perguntas, com a finalidade de conhecer os municípios que oferecem o serviço psicopedagógico, o vínculo empregatício dos profissionais que atuam no cargo de psicopedagogo, a área da formação inicial e especialização, a atuação do psicopedagogo com as equipes multiprofissionais, as necessidades e demandas que emergem no campo da Psicopedagogia, sendo apresentados neste artigo os dados com relação aos municípios que

oferecem o serviço psicopedagógico, o vínculo empregatício dos profissionais que atuam no cargo de psicopedagogo e a área da formação inicial e especialização.

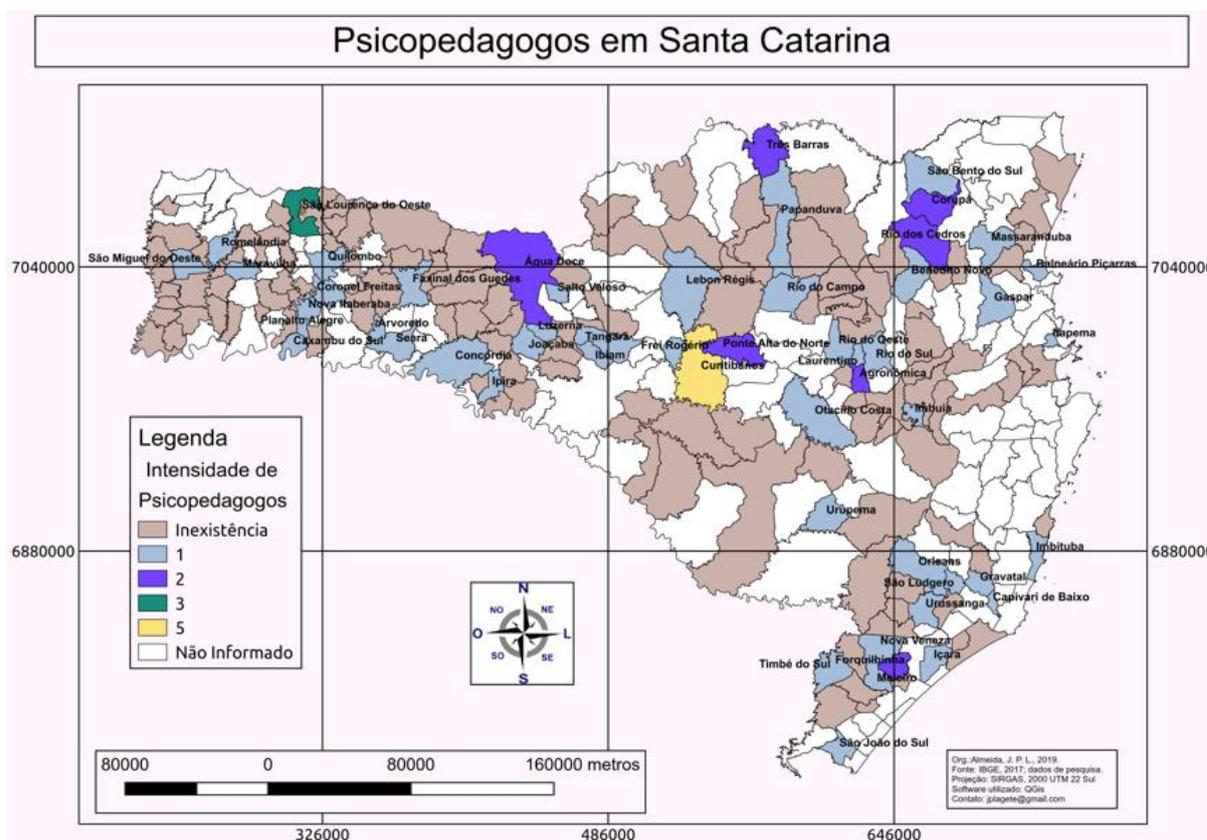
Destaca-se que o(a)s psicopedagogos (as) que participaram da pesquisa foram denominados através de letras e números diferenciados, respeitando os princípios éticos desta pesquisa, que garantem sigilo e preservação da identidade e privacidade dos participantes. A pesquisa contou com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) no nº. 03851312.1.0000.0020.

## **Resultados**

A seguir são apresentados os resultados sobre o serviço psicopedagógico ofertado pelos municípios participantes da pesquisa localizados no estado de Santa Catarina. Salienta-se que os dados foram coletados mediante questionário enviado para os 295 municípios do estado de Santa Catarina. Destaca-se que um total de 129 municípios não retornaram os dados e outros 166 encaminharam o questionário respondido.

Em seguida, os dados foram analisados e constatou-se que 112 dos municípios não possuem, no quadro de funcionários, o profissional psicopedagogo. Já em 54 municípios, existe o psicopedagogo atuando no cargo específico no setor educacional. A partir dos dados coletados foi elaborado o cartograma com o panorama de psicopedagogos atuantes na rede pública municipal em Santa Catarina entre os anos de 2019 e 2020.

**Cartograma 1 – Psicopedagogos atuantes na rede pública municipal em Santa Catarina entre os anos de 2019 e 2020**



Fonte: Elaboração Almeida, 2019 a partir da coleta de dados de Blaszko

O Cartograma 01 salienta a localização, a presença e a quantidade do número de psicopedagogos atuantes na área da educação na rede pública municipal de Santa Catarina. A pesquisa revelou que no estado, entre os anos de 2019 e 2020, totalizam-se 54 municípios que oferecem o serviço psicopedagógico na área da educação, tendo uma variação entre 1 a 5 profissionais psicopedagogos trabalhando em cada município, totalizando 67 psicopedagogos.

Como demonstra o cartograma 01, no estado de Santa Catarina, em 45 dos municípios atua 1 psicopedagogo em cada rede municipal; em 7 dos municípios atuam 2 psicopedagogos em cada um deles; em 1 dos municípios há 3 psicopedagogos atuando no setor educacional; e em 1 município existem 5 psicopedagogos atuantes. Os respectivos dados demonstram a existência de um número reduzido de psicopedagogos atuantes na rede municipal e indica a necessidade de contratação de mais profissionais.

Destaca-se que em muitos municípios atuam um número reduzido de psicopedagogos para atender as demandas advindas do meio educacional, dos alunos, professores e comunidade escolar. Os respectivos profissionais enfrentam algumas dificuldades, como o excesso de

encaminhamentos, a falta de tempo para atender todos os casos encaminhados e a dificuldade de acompanhar os discentes no contexto escolar. Como demonstra o relato da Psicopedagoga A60: *“Aqui sou única psicopedagoga para atender as demandas do município todo, existe uma fila de espera para atendimento psicopedagógico, falta tempo para atender todos os casos e para fazer acompanhamento dos alunos nas escolas”*.

No entanto, os psicopedagogos indicam a preocupação e o desejo de atender todos os discentes; porém, salientam que nem sempre é possível realizar todos os atendimentos em razão da falta de tempo e espaço na agenda. É importante que os alunos encaminhados ao serviço psicopedagógico sejam prontamente atendidos, para que a aprendizagem dos educandos não seja comprometida devido à falta de estimulação e atendimento no período adequado de desenvolvimento. Nesse enfoque, Barbosa (2001, p. 34) explica que o fracasso conduz à fugacidade da experiência da aprendizagem e à inibição, sendo que *“as funções envolvidas no processo não se desenvolvem, e o repertório para enfrentar novas situações de aprendizagem diminui”*.

Com relação ao baixo desempenho escolar dos alunos, Siqueira e Giannetti (2011) afirmam que, ao longo do processo de escolarização, vem aumentando consideravelmente o número de crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem. Isso denota a importância e a necessidade de atuação do psicopedagogo na rede pública municipal para realizar as intervenções necessárias visando à melhoria da aprendizagem dos alunos.

Considerando que o objeto de estudo da Psicopedagogia é a aprendizagem e o sujeito cognoscente, é evidente a necessidade de contratação de novos profissionais psicopedagogos, os quais têm como premissa compreender e analisar os aspectos que estejam afetando a aprendizagem e *“intervir nas práticas e relações que estão presentes no interior da escola”* (RUBINSTEIN; CASTANHO; NOFFS, 2004, p. 227).

Por outro lado, os dados evidenciam que os municípios que possuem maior número de psicopedagogos qualificados atuantes no cargo na rede pública municipal de educação contribuem para a ampliação do número de atendimento dos alunos e, conseqüentemente, podem ajudar a diminuir o tempo de espera. Como constata-se no relato da psicopedagoga A30 *“Se no município for concursado/contratado maior número de psicopedagogos com formação consistente e que sejam comprometidos com o serviço psicopedagógico, atenderam maior número de alunos e diminuirá o tempo de espera de atendimento”*.

Assim, evidencia-se a necessidade de contratação de maior número de psicopedagogos para atender as demandas locais de cada município, reforçando a importância de os municípios realizarem concursos para o cargo de psicopedagogo.

Constatou-se mediante a análise dos dados que no estado de Santa Catarina, no setor educacional da rede pública municipal, atuam 67 profissionais psicopedagogos, dos quais 64 (95,5%) psicopedagogos são do gênero feminino e 3 (4,5%) psicopedagogos são do gênero masculino. Observa-se a predominância do gênero feminino ocupando o cargo de psicopedagogo na rede pública municipal e tem-se um percentual significativo de profissionais do gênero masculino exercendo a função; a afirmativa se valida pelo comparativo da pesquisa de Blaszko (2020), realizada em sete estados brasileiros, em que o quantitativo numérico do gênero masculino registrado totaliza 12 profissionais, sendo os três profissionais catarinenses 25% do universo da pesquisa maior.

No decorrer da pesquisa buscou-se também conhecer os vínculos empregatícios dos psicopedagogos atuantes na rede municipal de Santa Catarina, e sobre isto têm-se os seguintes dados: 19 profissionais concursados no cargo de psicopedagogo; 12 contratados como psicopedagogo; 32 concursados para outros cargos e designados para atuar na função de psicopedagogo; 4 profissionais mencionaram o termo outros.

Evidencia-se que os maiores números de profissionais são concursados para outros cargos e designados para atuar no cargo de psicopedagogo. Salienta-se que dos 32 profissionais, 20 são concursados no cargo de professor do ensino regular e designados a atuar na função de psicopedagogo devido à formação em Psicopedagogia ou áreas afins; outros 8 profissionais são concursados no cargo de pedagogo e designados para atuar como psicopedagogo e, de acordo com as necessidades locais, muitas vezes, exercem dupla função, ou seja, de psicopedagogo e pedagogo; e 4 profissionais são concursados para o cargo de psicólogo e são designados a atuar como psicopedagogos devido à formação na área da Psicopedagogia. Conforme os dados, observa-se que os profissionais que são designados para atuar na função de psicopedagogo podem ser prejudicados em relação à progressão funcional por falta de concurso específico para psicopedagogo e de um plano de cargos e carreira.

Com relação ao acúmulo de funções, o qual ocorre “quando o trabalhador, além de exercer a função para a qual foi contratado, passa a exercer, concomitantemente, outras de diferentes cargos” (FONTANELLA *et al.*, 2017, p. 8), os dados demonstram que muitos profissionais foram contratados para um cargo e designados para atuar como psicopedagogo, e

em algumas situações acumulam funções, fato esse que pode contribuir para a precarização do serviço psicopedagógico na rede pública municipal.

A pesquisa evidencia que existem três fatores que contribuem para o acúmulo de funções, sendo: 1º - falta de concursos públicos para o cargo de psicopedagogo; 2º - escassez de profissionais para atender as demandas provenientes do setor educacional; 3º - necessidade de contenção de gastos na rede pública municipal, impossibilitando a contratação de novos profissionais. Fato constatado no relato dos profissionais, a psicopedagoga A35, afirma “*Exerço dupla função, sou psicóloga e passei atuar como psicopedagoga, visto que não tem este profissional ainda concursado e as demandas pelo serviço psicopedagógico são muitas*”, e a psicopedagoga A40 menciona “*Aqui no nosso município devido à necessidade de conter gastos, não são contratados mais profissionais e a gestão para amenizar as demandas indica que profissionais assumam outros cargos*”.

Também se têm um total de 19 profissionais concursados no cargo de psicopedagogo na rede pública municipal de Santa Catarina. Os concursos foram realizados por iniciativa própria dos municípios, como se percebe no relato da psicopedagoga A22: “*Neste município sou concursada no cargo de psicopedagogo, o concurso foi realizado por iniciativa própria da prefeitura e dos representantes políticos, foi uma conquista para nos psicopedagogos aqui atuantes*”.

Como observado, os municípios têm autonomia para criar vagas e realizar concursos de acordo com as necessidades locais, pois segundo Aguiar (1993, p. 41), a autonomia municipal é assegurada pela Constituição da República brasileira (BRASIL, 1988), sendo que cada município pode “auto-organizar-se politicamente, através de lei própria, de autogovernar-se, sobre assuntos de interesse local e de administrar-se, gerindo seus próprios negócios e dispondo livremente sobre eles, respeitando o sistema constitucional”.

Nos municípios em que houve o concurso público para o cargo de psicopedagogo, ocorreram algumas etapas, compreendendo a elaboração de projetos pelos gestores educacionais ou vereadores, solicitando a vaga de psicopedagogo em concurso público, seguido de justificativa da necessidade deste profissional para atender as demandas dos educandos em processo de escolarização. Posteriormente, os projetos foram encaminhados para votação na Câmara de Vereadores, sendo que, após aprovados, foram enviados para que o prefeito autorizasse a realização do concurso mediante trâmites legais.

Importante destacar que a ABPp, a partir do levantamento de concurso na área da Psicopedagogia, criou o documento denominado Parâmetros Nacionais para Elaboração de

Concurso Público para Psicopedagogo no Brasil (ABPp, 2013c), que especifica as funções do psicopedagogo, os princípios normativos para concursos, a formação necessária para o exercício do cargo, os pré-requisitos e as etapas do processo seletivo que devem ser seguidos/as para a realização dos concursos. Assim, os representantes municipais que obtiverem dúvidas com relação às normativas para a realização de concurso específico para o cargo de psicopedagogo podem consultar o referido documento, que propõe orientações.

Entende-se que o enquadramento adequado para atuar no cargo de psicopedagogo é ser concursado na área específica, aspecto que contribuiria para evitar a precarização da função, das condições de trabalho e o acúmulo de cargos. Segundo os Parâmetros Nacionais para Elaboração de Concursos Públicos para Psicopedagogos no Brasil (ABPp, 2013c), o psicopedagogo é um profissional com formação específica em Psicopedagogia, sendo necessária a abertura de concursos públicos para que ele atue na função e em diferentes âmbitos de atividade.

A realização de concursos públicos para o cargo de psicopedagogo contribui para a efetivação de profissionais no cargo, os quais terão direito de progressão funcional, a estabilidade profissional, a construção de um plano de carreira, da profissionalidade e da identidade do psicopedagogo. Com relação à identidade do psicopedagogo, esta se forma a partir das experiências vividas e “se constrói a partir do conjunto de necessidades, crenças, teorias e práticas” (RUBINSTEIN, 2017, p. 310). Mas também a identidade do psicopedagogo se constrói com a legitimidade e a regulamentação da profissão em todo o território nacional.

É significativo que os representantes políticos trabalhem em conjunto com os gestores educacionais, desenvolvendo ações em prol da realização de concursos na área da Psicopedagogia, contribuindo para mudar o cenário atual apresentado, o qual demonstra um pequeno número de profissionais concursados no cargo de psicopedagogo.

Evidencia-se a importância do comprometimento dos representantes políticos, os quais podem deliberar para a criação de cargos, funções, projetos e leis que contribuam para a realização de concursos públicos, para a regulamentação da profissão e o fortalecimento da Psicopedagogia no Brasil.

Destaca-se a relevância das políticas públicas desenvolvidas em nível micro, que compreende ações e decisões tomadas por vereadores, prefeitos e governadores em prol da criação de projetos, leis e concursos para o cargo de psicopedagogo, que contribuirão direta ou indiretamente para o fortalecimento da luta pela regulamentação da profissão. Nesse mesmo sentido, evidencia-se a necessidade de criação de políticas públicas em nível macro, que

abrange ações e decisões tomadas em nível federal direcionadas à regulamentação da profissão de psicopedagogo no Brasil.

Ainda sobre os vínculos empregatícios, um total de 12 psicopedagogos são contratados temporariamente, sendo os contratos realizados via licitação, seleção por *curriculum*, parceria com Consórcios Intermunicipais ou processos seletivos (BLASZKO, 2020).

Geralmente, a contratação temporária impossibilita a continuidade do serviço psicopedagógico desenvolvido na rede pública municipal, refletindo na precarização do trabalho e na realização do serviço psicopedagógico de qualidade. Como percebe-se no relato da psicopedagoga A6: “*Fui contratada temporariamente no cargo de psicopedagoga, a gestão exige que é preciso fazer a avaliação psicopedagógica e encaminhamento do maior número de alunos, mas o serviço psicopedagógico vai muito além que avaliar e encaminhar*”. Nesse sentido, Machado, Giongo e Mendes (2016) destacam que a contratação temporária possui como características a ausência de vínculos trabalhistas, a exigência de metas, muitas vezes, inalcançáveis, o ritmo intenso de trabalho, a pressão de tempo e a intensificação de controle.

Diante do relato, nota-se a necessidade de realização de concursos públicos para o cargo de psicopedagogo, visto essa não ser uma demanda temporária, pois a população está crescendo, os alunos estão em constante processo de escolarização e muitos necessitam de atendimento psicopedagógico para evoluírem nas aprendizagens e para superar as dificuldades.

No que tange à contratação temporária do psicopedagogo via seleção por *curriculum*, ocorre da seguinte forma, segundo a psicopedagoga A410: “*Fui selecionada pelo curriculum, os interessados se inscrevem e entregam o currículo, posteriormente é realizada a análise e escolhido um profissional para atuar na rede pública municipal e realizado o contrato*”. A seleção de psicopedagogos mediante análise do *curriculum* pode possibilitar a contratação de profissionais com formação e experiência comprovada na área. Segundo Chiavenato (1999), a seleção de profissionais funciona como uma espécie de filtro que permite a escolha do funcionário com as características necessárias para atuar na instituição.

Dentre o número de profissionais que mencionaram outros vínculos empregatícios, um dos dados preocupantes é que um total 2 profissionais que atuam na função de psicopedagogos são contratados como cargo de confiança, indicados pelo prefeito ou pelo secretário de educação pelas afinidades existentes entre os profissionais (BLASZKO, 2020).

Outro vínculo diferente que aparece na pesquisa é o trabalho voluntário realizado por uma profissional em um município do estado de Santa Catarina, a qual possui formação em Psicopedagogia e, sensibilizada pela demanda de casos que necessitavam atendimento

psicopedagógico, após se aposentar, com autorização da secretária de educação e do prefeito, desenvolve um trabalho voluntário. Registra-se que a profissional começou o trabalho voluntário como psicopedagoga na rede pública municipal de educação no ano de 2018 e, atualmente, com a aprovação do secretário de educação, expandiu o trabalho para a rede estadual. Como é possível perceber no relato da referida voluntária A67: *“Percebi que muitos alunos apresentavam dificuldades de aprender, busquei especialização em Psicopedagogia e aperfeiçoamento, agora aposentada ofereço o serviço psicopedagógico”*.

Ainda sobre a categoria de outros vínculos empregatícios, um profissional mencionou ser contratado como neuropsicopedagogo devido à especialização em neuropsicopedagogia, e passou a exercer a função de psicopedagogo. Todavia, é necessário considerar que os conhecimentos da área da neurociência estão presentes em diversos âmbitos, sendo importante que o profissional da educação conheça e compreenda os processos cognitivos e sua relação com o processo de aprendizagem. Porém, é válido esclarecer que as especializações oferecidas com denominações distintas da Psicopedagogia não habilitam os profissionais para exercer o cargo de Psicopedagogo.

De acordo com o Código de Ética do Psicopedagogo (ABPp, 2019), a formação do psicopedagogo ocorre via graduação e/ou curso de pós-graduação – especialização *lato sensu* em Psicopedagogia –, a qual habilita o profissional para atuar na área. Para tanto, buscou-se também conhecer a tipologia e os níveis formativos dos profissionais que exercem a função de psicopedagogos.

Sobre a área de graduação ou formação inicial dos psicopedagogos atuantes na área da educação na rede pública municipal, obtém-se o seguinte panorama: 60 profissionais formados em pedagogia; 4 profissionais com formação em psicologia; 2 mencionaram outros e 1 não respondeu à questão.

Em função de suas práticas pedagógicas, o pedagogo e os profissionais da educação se deparam com situações cotidianas que exigem novas reflexões e demandas referentes aos processos de aprendizagem, e este aspecto contribui para que, no âmbito de sua função, busquem conhecimentos da Psicopedagogia para enriquecer as práticas educativas. Isto demonstra que a busca pelo curso de Psicopedagogia por profissionais atuantes na área da educação é muito significativa, pois revela que estão preocupados em melhorar a prática e contribuir para o desenvolvimento do aprendiz.

Conforme Noffs (2003, p. 123): *“O conhecimento da Pedagogia como área específica de um saber torna-se essencial para quem trabalha na escola em Psicopedagogia”*, tendo em

vista que a atuação do psicopedagogo no contexto escolar envolve o professor e o aluno, a intervenção e a atividade pedagógica, itens que são abordados no campo da Pedagogia e da Psicopedagogia. Segundo Portilho (1992), o curso de pós-graduação em Psicopedagogia tem maior procura por pedagogos, psicólogos e outros profissionais que geralmente vêm das licenciaturas, mas que estão na escola e trabalham com a aprendizagem, objeto de estudo da área.

No que se refere à formação do psicopedagogo em nível de especialização atuante na rede municipal de Santa Catarina, têm-se os seguintes dados: 27 profissionais cursaram especialização em Psicopedagogia; 26 realizaram a pós-graduação em Psicopedagogia Institucional; 1 em Psicopedagogia Clínica; 10 profissionais cursaram especializações em outras áreas; de 3 profissionais não responderam à questão.

De acordo com a ABPp (2013a), estarão em condições de exercício da Psicopedagogia os profissionais graduados e/ou pós-graduados em Psicopedagogia. Os dados revelaram que, na rede pública municipal de Santa Catarina, um total de 27 profissionais atuam com formação em Psicopedagogia, atendendo aos requisitos propostos pela ABPp para atuar no cargo de psicopedagogo.

A pesquisa demonstra que um total de 26 profissionais atuantes no cargo de psicopedagogo na rede de ensino pública municipal cursaram pós-graduação em Psicopedagogia no âmbito Institucional e 1 em Psicopedagogia Clínica. Constata-se, de acordo com os dados, que muitos cursos em nível de especialização em Psicopedagogia não atendem aos requisitos propostos pela ABPp, pois são oferecidos de forma fragmentada, distanciando o âmbito institucional do clínico e, muitas vezes, não contemplam a prática do estágio supervisionado.

Conforme Portilho *et al.* (2018, p. 16), “muitos cursos a nível de especialização, fazem referência à Psicopedagogia Institucional e à Psicopedagogia Clínica, como se fossem áreas de conhecimento distintas”. As instituições superiores que ofertam os cursos de especialização em Psicopedagogia precisam ter clareza sobre a indissociabilidade do âmbito institucional e clínico.

Os cursos em Psicopedagogia, como bem afirmam Portilho *et al.* (2018), devem garantir a formação de especialistas em aprendizagem humana e não devem fragmentar a Psicopedagogia institucional e clínica como áreas distintas. Desse modo, o profissional psicopedagogo necessita de uma formação que contemple conhecimentos relacionados às

especificidades de atuação institucional e clínica, para que possa seguir princípios, desenvolver procedimentos adequados e realizar o serviço psicopedagógico com eficiência.

Sublinha-se, também, que a especialização em outras áreas distintas da Psicopedagogia não tem reconhecimento nacional como campo de formação do psicopedagogo. Somente a especialização em Psicopedagogia é reconhecida pela ABPp e pelos documentos vigentes para atuação na área.

### **Considerações finais**

Conclui-se, mediante a pesquisa, que no estado de Santa Catarina um total de 54 municípios oferecem o serviço psicopedagógico na área da educação, com um total de 67 psicopedagogos. A investigação também demonstrou que em alguns municípios há um número reduzido desses profissionais para assistir as demandas locais, aspecto que, muitas vezes, gera reflexo no atendimento de todos os casos e prejudica o acompanhamento do aluno no contexto escolar.

A pesquisa revelou, ainda, que os psicopedagogos atuantes nas redes públicas municipais de educação possuem vínculos empregatícios diferenciados, demonstrando que o maior índice de profissionais é concursado para outros cargos e designados para atuar na função de psicopedagogo, fato que gera preocupação, pois os profissionais não possuem plano de carreira. Essa questão reforça a necessidade de os municípios criarem concursos específicos para o cargo de psicopedagogo.

Os resultados indicam que a maioria dos profissionais que buscam a pós-graduação em Psicopedagogia são formados em Pedagogia, ou seja, são pedagogos que atuam na área educacional, nas escolas como professores, coordenadores, diretores, e objetivam melhorar a prática profissional, o processo de ensino e aprendizagem, e atuar no cargo de psicopedagogo.

No que tange à especialização, constatou-se, por fim, que uma parcela significativa dos profissionais atua com formação em Psicopedagogia, atendendo aos requisitos propostos pela ABPp para exercer o cargo de psicopedagogo.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Joaquim Castro. **Competência e autonomia dos municípios na Nova Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 1993.
- ALMEIDA E SILVA, Maria Cecília. O objeto da psicopedagogia. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 17, n. 44, p. 40-42, 1998.
- ALMEIDA E SILVA, Maria Cecília. **Psicopedagogia: a busca de uma fundamentação teórica**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Código de Ética do Psicopedagogo**. 2013a. Disponível em: [https://www.abpp.com.br/documentos\\_referencias\\_codigo\\_etica.html](https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html). Acesso em: 12 jan. 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA (ABPp). **Diretrizes da formação de psicopedagogos no Brasil**. 2013b. Disponível em: [https://www.abpp.com.br/documentos\\_referencias\\_diretrizes\\_formacao.html](https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_diretrizes_formacao.html). Acesso em: 24 out. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA (ABPp). **Parâmetros Nacionais para Elaboração de Concursos Públicos para Psicopedagogos no Brasil**. 2013c. Disponível em: [https://www.abpp.com.br/documentos\\_referencias\\_parametro\\_nacional\\_para\\_eleboracao\\_de\\_concurso\\_publico\\_psicopedagogo.html](https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_parametro_nacional_para_eleboracao_de_concurso_publico_psicopedagogo.html). Acesso em: 15 jun. 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA (ABPp). **Código de Ética do Psicopedagogo**. 2019. Disponível em: [https://www.abpp.com.br/documentos\\_referencias\\_codigo\\_etica.html](https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html). Acesso em: 27 out. 2019.
- BARBOSA, Laura Monte Serrat. **A psicopedagogia no âmbito da instituição escolar**. Curitiba: Expoente, 2001.
- BLASZKO, Caroline Elizabel. **O psicopedagogo na rede pública municipal em sete estados brasileiros: cenários e desafios**. 2020. 162 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.
- BLASZKO, Caroline Elizabel; PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Retrospectiva histórica da psicopedagogia no contexto brasileiro: gênese, documentação e legalização. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 3, p. 2117-2132, jul./set. 2021. p. 2117-2132.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. Regulamentação da profissão de Psicopedagogo. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 4-28, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1988.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FONTANELLA, Gerusa *et al.* **Acúmulo de função**: o entendimento Jurisprudencial do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Rio de Janeiro: Editora 34, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, Fabiane Konowaluk Santos; GIONGO, Carmen Regina; MENDES, Jussara Maria Rosa. Terceirização e precarização do trabalho: uma questão de sofrimento social. **Revista Psicologia Política**, v. 16, n. 36, p. 227-240, maio/ago. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria e métodos e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 9-30.

NOFFS, Neide de Aquino. **Psicopedagogia na rede de ensino**: a trajetória institucional de atores-autores. São Paulo: Elevação, 2003.

PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Formação do psicopedagogo na instituição. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 11, n. 24, p. 25-27, 1992.

PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Conhecer-se para conhecer. *In*: AMARAL, Silvia (coord.). **Psicopedagogia**: um portal para a inserção social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 124-131.

PORTILHO, Evelise Maria Labatut *et al.* **A instituição que aprende sob o olhar da psicopedagogia**. Rio de Janeiro: Wak, 2018.

RUBINSTEIN, Edith; CASTANHO, Marisa Irene; NOFFS, Neide de Aquino. Rumos da psicopedagogia brasileira. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 21, n. 66, p. 225-238, 2004.

RUBINSTEIN, Edith. Psicopedagogia, Psicopedagogo e a construção de sua identidade. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 34, n. 105, p. 310-319, 2017.

SILVA, Andréia Aires da; HUBNER, Marcus. O perfil do pós-graduando em psicopedagogia: um olhar da trajetória de formação de um profissional peregrino. *In*: CAIRÃO, Iara; HICKEL, Neusa; KORTMANN, Gilca (org.). **A psicopedagogia entre conhecimentos e saberes**: fazer pensar escrever. Rio de Janeiro: Wak, 2016. p. 64-75.

SIQUEIRA, Cláudia Machado; GIANNETTI, Juliana Gurgel. Mau desempenho escolar: uma visão atual. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 57, n. 1, p. 78-87, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UJIIE, Nájela Tavares. Psicopedagogia, definição e enquadramento de área: nuances, pontos e contrapontos. *In*: UJIIE, Nájela Tavares. **Psicopedagogia Clínica e Institucional**: nuances, nexos e reflexos. Curitiba: CRV, 2016. p. 13-22.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

### ***CRedit Author Statement***

---

**Reconhecimentos:** Não aplicável.

**Financiamento:** Não aplicável.

**Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.

**Aprovação ética:** PUCPR - Certificado n. 03851312.1.0000.0020.

**Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais estão em posse da primeira autora.

**Contribuições dos autores:** **Caroline Elizabel Blaszko**: redação e escrita; **Patrícia Teixeira Tavano**: escrita; e **Nájela Tavares Ujiie**: escrita e revisão final.

---

**Processamento e editoração:** Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

